

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
CONCURSO PARA JUIZ AUDITOR**

Prova de Direito Penal Militar
Dr. Lúcio Urbano S. Martins

1. Determinada lei excepcional definiu certa conduta como criminosa. O agente praticou o fato na vigência dela, restando condenado por sentença trânsita. Caducada a lei temporária, o condenado requereu a extinção dos efeitos da condenação, ao fundamento de que a lei vigente não considera o fato como criminoso.
Pode ser atendido?
2. Um policial militar, em hora de folga, trabalhava como taxista e, nessa qualidade, transportou uma quadrilha, que veio a assaltar.
Observe-se que, sem a condução dos agentes, o crime não teria ocorrido.
Pergunta-se:
 - a) a participação do policial configura crime militar?
 - b) o policial é co-autor?
3. Imposta pena, obteve o policial militar o benefício do indulto, colocado em liberdade. Vindo a cometer novo crime, é considerado reincidente?
4. Reunida a Companhia, o Capitão afirmou, perante a tropa, que a praça A era covarde, canalha, desleal, terminando por dizer que não deveria A estar na corporação. Não resistindo, A deu soco no rosto do Capitão.
A praça cometeu crime?
5. O policial foi denunciado pelos crimes de facilitação de fuga de presos e de corrupção passiva.
É possível, no caso, reconhecer-se concurso material?